



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVIII PALMAS, QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2018. Nº 2708



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PSDB)

1ª Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PHS)

2º Vice-Presidente:

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (MDB)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (MDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PTC)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto Lula (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Rocha Miranda
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente
Dep. Júnior Evangelista - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto Lula - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Stalin Bucar

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Presidente
Dep. Paulo Mourão - Vice-Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep.
Dep.
Dep.
Dep.
Dep.

MEMBROS SUPLENTE:

Dep.
Dep.
Dep.
Dep.
Dep.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão - Presidente
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 91/2018

Dispõe sobre a atuação do profissional fisioterapeuta nas unidades hospitalares do Estado do Tocantins, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º As Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), Unidades de Cuidados Intermediários (UCIs) e Prontos-Socorros (PS) dos hospitais públicos, privados ou filantrópicos no Estado do Tocantins ficam obrigados a manter em seus quadros a presença de, no mínimo, um fisioterapeuta para cada dez leitos nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 24 horas diárias de atuação.

§ 1º O fisioterapeuta deve estar disponível em tempo integral para assistência aos pacientes internados nas UTIs, UCIs e PS, durante o horário em que estiverem escalados para atuação nas referidas unidades.

§ 2º Não será permitido o mesmo profissional fisioterapeuta ficar responsável simultaneamente por mais de uma unidade.

§ 3º O disposto nesse parágrafo, em relação à responsabilidade simultânea, não se aplica aos hospitais que não possuem UTIs e UCIs, podendo os leitos de unidade de internação serem somados aos de pronto-socorro.

§ 4º Nos hospitais de grande porte também deverá haver assistência fisioterapêutica durante 24 horas nas unidades de internação especializadas.

Art. 2º É condição precípua e obrigatória aos fisioterapeutas coordenadores de UTIs, UCIs e PS apresentarem título de especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva, outorgado pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Art. 3º Os parâmetros de assistência fisioterapêuticos devem ser estabelecidos de acordo com a Resolução COFFITO nº 444, de 26 de abril de 2014.

Art. 4º Fica assegurado aos profissionais fisioterapeutas realizar plantões de 6, 12 ou 24 horas diárias.

Art. 5º Os hospitais, clínicas públicas, privadas ou filantrópicas terão sessenta dias, após a sanção e publicação da referida Lei, para se adequarem às novas regras.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 196, assegura a todos o direito à saúde, por intermédio da atuação do Estado, principalmente visando reduzir os riscos de doenças e outros agravamentos delas decorrentes. Insta consignar, por oportuno, que o referido preceito é ainda complementado pelo art. 2º da Lei nº 8.080/1990, in verbis:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Com efeito, a saúde é um bem jurídico indissociável do direito à vida, devendo o Estado integrá-la às políticas públicas. Ademais, o Poder Público, qualquer que seja a esfera

institucional, especialmente quando da organização federativa, não pode se mostrar indiferente quanto à garantia dos direitos fundamentais, in casu, o direito à saúde.

Dentre as ações que visem reduzir os riscos decorrentes de doenças e demais situações que possam comprometer a saúde do cidadão, cumpre destacar a atuação do Estado dentro das Unidades de Terapia Intensiva – UTIs, Unidades de Cuidados Intermediários – UCIs e Unidades de Internação Especializadas, notadamente quanto à importância do profissional fisioterapeuta nos referidos centros.

É sobremaneira importante assinalar que as UTIs, UCIs e prontos-socorros são unidades complexas, dotadas de sistema de monitorização contínua, que admitem pacientes graves, com descompensação de um ou mais sistemas orgânicos e que, com o suporte e tratamento intensivo, podem ter expectativa de recuperação. Dentre o processo de monitoramento dos pacientes que adentram essas unidades, cumpre destacar a atuação fisioterapêutica especializada, quando da avaliação clínica, monitorização do intercâmbio gasoso, avaliação da mecânica respiratória, estática, dinâmica, avaliação cinesiofuncional respiratória e a avaliação neuro-músculo-esquelética pautada na funcionalidade.

Ainda sobre as funções desempenhadas pelos profissionais fisioterapeutas, cumpre destacar, igualmente, a aplicação de técnicas e recursos relacionados à manutenção da permeabilidade das vias aéreas, a realização de procedimentos relacionados à via aérea artificial, participação no processo de instituição e gerenciamento da ventilação mecânica (VM), melhora da interação entre o paciente e o suporte ventilatório, condução dos protocolos de desmame da VM, incluindo a extubação, implementação do suporte ventilatório não invasivo, gerenciamento da aerosolterapia e oxigenoterapia, mobilização do doente crítico, dentre outras.

Além dessas atividades desempenhadas individualmente pelo profissional fisioterapeuta, há fundamentalmente o trabalho interdisciplinar na busca por soluções, incluindo a instituição de protocolos para prevenção de complicações clínicas como: pneumonia associada à VM, lesões traumáticas das vias aéreas, lesões cutâneas, extubação ou decanulação acidental, além da participação durante a admissão do paciente e durante a ocorrência de parada cardiorrespiratória.

Destarte, todo paciente em situação crítica, ou potencialmente crítica, deve ser monitorado continuamente, exigindo a participação conjunta da equipe médica, de enfermagem e de fisioterapia. Ocorre que, após a publicação da Resolução Anvisa nº 07, de 24 de fevereiro de 2010, restou estabelecido que as UTIs deveriam dispor de pelo menos um fisioterapeuta por dez leitos, nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 18 horas. Entretanto, consoante restou demonstrado, várias intercorrências clínicas e admissões podem ocorrer nas unidades citadas, a qualquer momento, demandando, dessa forma, a presença integral dos profissionais da área de saúde naquelas unidades, inclusive do fisioterapeuta.

Inegavelmente, a ausência de um fisioterapeuta, em período de instabilidade/intercorrência/admissão de um paciente crítico, compromete a qualidade da assistência prestada, necessitando, assim, da presença de um fisioterapeuta em tempo integral, ou seja, por 24 horas. Inúmeros estudos realizados demonstram que a presença dos Fisioterapeutas nas unidades supracitadas, em regime integral de 24 horas, é crucial, quando atrelada à redução

do tempo de ventilação mecânica, permanência do paciente na unidade hospitalar, além da redução dos custos hospitalares. Também, no mesmo sentido, foi o posicionamento oriundo da Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva, através do Parecer nº 001/2013.

Ademais, a Portaria Ministerial nº 930, de 10 de maio de 2012, determinou a presença de um fisioterapeuta, por tempo integral, nas UTIs neonatais. Importa destacar que a atenção à criança e ao adolescente torna-se igualmente importante, não podendo o Estado, enquanto garantidor do direito à saúde, atribuir tratamento diferente aos demais administrados, conforme exegese do art. 227, da Constituição Federal, in verbis:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Vale ressaltar que no Estado do Tocantins, em especial nos hospitais públicos, já foi implantada a assistência fisioterapêutica de 24 horas, em razão da necessidade e dos benefícios constatados. Portanto o presente Projeto de Lei vem para oficializar o que ocorre na prática e garantir a continuidade da melhoria do serviço de saúde ofertado.

Em virtude dessas considerações, notadamente ante a complexidade dos procedimentos adotados pelos profissionais fisioterapeutas que atuam nessas unidades, o elevado número de intercorrências clínicas e admissões que incidem durante o período de 24 horas, a comprovada melhora dos indicadores hospitalares e financeiros, bem como ante as exigências legais, surge a necessidade de regulamentação da presença do fisioterapeuta em tempo integral, 24 horas, nas unidades hospitalares de todo o Estado do Tocantins, sejam elas públicas, privadas ou filantrópicas.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2018.

STALIN BUCAR
Deputado Estadual

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Trigesima Nona Reunião Ordinária 26 de junho de 2018

Às quatorze horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres devolveu os Processos números: 141/2016, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre os horários de funcionamento

das Delegacias de Polícia especializadas em atendimento à mulher no Estado do Tocantins”; e 54/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre o pressionamento eletrônico de recursos junto ao Detran-TO e adota outras providências”. O Deputado Toinho Andrade devolveu os Processos números: 53/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de concessionárias que exploram o fornecimento de energia, telefonia e água sediadas no Estado do Tocantins divulgarem nas contas mensais fotografias de pessoas desaparecidas”; 206/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Carta de Serviços da Assembleia Legislativa do Estado Tocantins e dá outras providências”; 263/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “determina obrigações às agências bancárias no Estado do Tocantins, em relação ao atendimento dos consumidores e toma outras providências”; 272/2017, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “altera a redação da alínea “a” da Nota 04, do Anexo Único da Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014 - Tabela I”; 276/2017, de autoria do Deputado Ricardo, que “dispõe sobre Política Estadual de Prevenção e Tratamento da Leishmaniose Visceral Canina - LVC, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 72/2018, de autoria do Tribunal de Justiça, que “dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registrais, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (Funcivil) e adota outras providências”; e 80/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “susta os efeitos da Portaria Naturatins nº 72, de 26 de fevereiro de 2018, e mantém incólume a Portaria nº 73, de 1º de março de 2017, que autoriza no âmbito da pesca amadora, a captura e o transporte de até 5 (cinco) quilogramas de pescado por pessoa licenciada”. O Deputado Rocha Miranda devolveu os Processos números: 136/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “cria a Escola do Legislativo e dá outras providências”; 208/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar, às famílias contempladas no “Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia”, unidades habitacionais edificadas no lote de terras que especifica, e adota outra providência”; e 26/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe que toda empresa de transporte coletivo ofereça aos motoristas, cobradores, fiscais e funcionários do serviço de atendimento ao consumidor, cursos para capacitar esses profissionais a prestarem assistência às mulheres vítimas de assédio dentro dos ônibus, e dá outras providências”. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu o Processo número 228/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o procedimento obrigatório de identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras de compra e venda de imóveis no Estado do Tocantins”; e também devolveu os Processos números: 24/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe que o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido tem direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade”; e 16/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a instalação de placas de advertência, nas rodovias estaduais, orientando quanto à atenção com os ciclistas”; relatados pelo Deputado Cleiton Cardoso; 195/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “objetiva garantir às gestantes de alto risco internamento em hospitais da rede privada, com custeio pelo Estado, para o caso de constatada falta de leitos em hospitais da rede pública e de se tratar de deslocamento igual ou superior a 200 quilômetros”; e 18/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a dispensa da família de doador de órgãos do pagamento ao serviço funerário de taxas, emolumentos e tarifas devidas, em razão de funeral no Estado do

Tocantins”; relatados pelo Deputado Valdemar Júnior; e 78/2018, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”. relatado pelo Deputado Eli Borges. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, para deliberação dos Processos números: 226/2015, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “revoga a alínea “b” do inciso II, do § 1º do Artigo 27 da Constituição Estadual”; 141/2016, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre os horários de funcionamento das Delegacias de Polícia especializadas em atendimento à mulher no Estado do Tocantins”; 24/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe que o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido tem direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade”; 53/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de concessionárias que exploram o fornecimento de energia, telefonia e água sediadas no Estado do Tocantins divulgarem nas contas mensais fotografias de pessoas desaparecidas”; 98/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “isenta os CFCs (Centro de Formação de Condutores), do Pagamento do IPVA (Imposto sobre Veículos Automotores), no Estado do Tocantins”; 144/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “estabelece multa pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências relativas a remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais”; 148/2017, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “altera o Art. 1º da Lei nº 2.799, de 10 de dezembro de 2013, que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS a operação que especifica”; 168/2017, de autoria da Deputada Solange Duailibe, que “altera procedimentos relativos ao afastamento para aperfeiçoamento profissional em nível de mestrado e doutorado, revoga a Lei nº 1.751, de 18 de dezembro de 2006 e o Decreto nº 3.307, de 28 de fevereiro de 2008, e dá outras providências”; 169/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a realização de audiência pública vinculada a aumentos de impostos, taxas, contribuições e encargos públicos”; 186/2017, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de viaturas operacionais com blindagem para uso das Polícias Militar e Civil do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 190/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a divulgação do nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como o nome dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos, nas entradas principais e de acesso ao público aos hospitais, unidades de saúde, prontos-socorros e ambulatórios e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) localizados no Estado do Tocantins”; 191/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 192/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a não obrigatoriedade de entrega e/ou apresentação de cópia autenticada de documentos emitidos no País para acesso pessoal ao atendimento e prestação de serviços públicos aos cidadãos usuários”; 195/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “objetiva garantir às gestantes de alto risco internamento em hospitais da rede privada, com custeio pelo Estado, para o caso de constatada falta de leitos em hospitais da rede pública e de se tratar de deslocamento igual ou superior a 200 quilômetros”; 202/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “regulamenta o art. 78 da Constituição Estadual para estabelecer normas suplementares de finanças públicas”; 205/2017, de autoria

da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a implantação da Carta de Serviços ao Cidadão em todos os órgãos públicos estaduais no Estado do Tocantins”; 206/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Carta de Serviços da Assembleia Legislativa do Estado Tocantins e dá outras providências”; 210/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula, que “dispõe sobre incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado do Tocantins”; 211/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula, que “estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos em que figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou com doenças grave”; 212/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula, que “dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho para as mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar, em empresas contratadas como prestadoras de serviços para o Poder Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 220/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “determina à concessionária de energia elétrica a limpeza das faixas de servidão sob as redes de linha e distribuição e dá outras providências”; 222/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “dispõe sobre fixação em braille das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e similares estabelecimentos comerciais no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 242/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui, no âmbito do Estado do Tocantins, a Semana Estadual da Conciliação”; 257/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a transparência da lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas na Rede Estadual de Saúde”, que foi apensado ao Processo número 298/2017, de autoria do Deputado Eduardo do Dertins, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação e transparência na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências”; 258/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “acrescenta o artigo 21-A à Lei nº 1.017, de 20 de novembro de 1998, que dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento sanitário do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 263/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “determina obrigações às agências bancárias no Estado do Tocantins, em relação ao atendimento dos consumidores e toma outras providências”; 264/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas estaduais e dá outras providências”; 269/2017, de autoria do Deputado Stalin Bucar, que “altera a Lei nº 2.658, de 6 de dezembro de 2012”; 272/2017, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “altera a redação da alínea “a” da Nota 04, do Anexo Único da Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014 - Tabela I”; 276/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre Política Estadual de Prevenção e Tratamento da Leishmaniose Visceral Canina - LVC, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 287/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal denominada Estrada da Nova Querência, que liga a TO-070 à TO-374, e dá outras providências”; 294/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigação de pet shops, clínicas veterinárias e hospitais veterinários de informar à Delegacia de Polícia Civil ou especializada, quando constatarem indícios de maus-tratos nos animais por eles atendidos e dá outras providências”; 302/2017, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “institui o sistema de cotas para negros, índios, alunos oriundos da rede pública de ensino e pessoas com deficiência para ingresso nas universidades públicas e demais instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Tocantins”;

308/2017, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, e dá outras providências”; 322/2017, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “institui a Política Estadual de Prevenção às Doenças Ocupacionais do Educador da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências”; 323/2017, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “determina que as concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica e água adequem seu atendimento aos deficientes visuais em todo o Estado do Tocantins”; 324/2017, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “inclui o doador regular de sangue nos grupos prioritários para receber gratuitamente a imunização contra o vírus influenza A (H1N1) na Rede Pública de Saúde do Estado do Tocantins”; 331/2017, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “institui gratuidade do pagamento de estacionamento por idosos em todo o Estado do Tocantins”; 341/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “dispõe sobre a veiculação na página oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins na internet, de fotos e informações sobre pessoas desaparecidas”; 342/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Tereza, no município de Ponte Alta do Tocantins”; 16/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a instalação de placas de advertência, nas rodovias estaduais, orientando quanto à atenção com os ciclistas”; relatados pelo Deputado Cleiton Cardoso; 17/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Programa Mais Empregos e concede crédito presumido de ICMS na forma que especifica”; 18/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a dispensa da família de doador de órgãos do pagamento ao serviço funerário de taxas, emolumentos e tarifas devidas, em razão de funeral no Estado do Tocantins”; relatados pelo Deputado Valdemar Júnior; 23/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Lavradores de Araguatins - Acopla II, na cidade de Araguatins”; 27/2018, de autoria do Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - Igeprev-Tocantins, e adota outra providência”; 29/2018, de autoria do Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - Igeprev-Tocantins, e adota outra providência”; 33/2018, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Ricardo Vicente da Silva”; 38/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “acrescenta seção III ao capítulo I-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 42/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 07, de 14 de março de 2018”; 43/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 04, de 14 de março de 2018”; 44/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Programa de Aprimoramento da Gestão Hospitalar - Pagh-Cirúrgico, na forma que especifica, e adota outras providências”; 47/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que concede Título de Cidadão Tocantinense ao senhor Francisco Onildo Moreira”; 48/2018, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “torna gratuito o exame de mormo e anemia infecciosa equina no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 49/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Denize Cardoso dos Santos Pinheiro”; 53/2018, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Alcir Raineri Filho”; 54/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe

sobre o pressionamento eletrônico de recursos junto ao Detran-TO e adota outras providências”; 56/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “torna obrigatória a presença de médico socorrista, enfermeiro e pessoal devidamente capacitado, assim como a utilização de ambulância com UTI munida de equipamentos e materiais de primeiros socorros, inclusive oxigênio e desfibrilador, nos eventos de Corridas de Rua no Estado do Tocantins”; 58/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Semana de Conscientização e Prevenção às Doenças Renais e suas Consequências no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 61/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “cria a Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais”; 76/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui os serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade, e adota outras providências”; 78/2018, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”; e 80/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “susta os efeitos da Portaria Naturatins nº 72, de 26 de fevereiro de 2018, e mantém incólume a Portaria nº 73, de 1º de março de 2017, que autoriza no âmbito da pesca amadora, a captura e o transporte de até 5 (cinco) quilogramas de pescado por pessoa licenciada”. Em seguida, foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. Os Processos números: 342/2017, 23/2018, 33/2018, 38/2018, 47/2018, 49/2018, 53/2018 e 61/2018 foram aprovados e encaminhados ao Plenário. Os Processos números: 53/2017, 144/2017, 148/2017, 168/2017, 195/2017, 206/2017, 211/2017, 263/2017, 287/2017, 294/2017, 308/2017, 324/2017, 18/2018, 27/2018, 44/2018, 56/2018, 58/2018, 76/2018 e 78/2018 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, sendo que os Processos números 168/2017 e 294/2017 foram aprovados com substitutivo; e o Processo número 58/2018 foi aprovado com emenda substitutiva, todos apresentados pela relatora, Deputada Valdevez Castelo Branco; os Processos números 211/2017 e 263/2017 foram aprovados com substitutivo apresentados pelo relator, Deputado Eli Borges; e o Processo número 18/2018 foi aprovado com emenda modificativa apresentada pelo relator, Deputado Valdemar Júnior. O Processo número 210/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia. O Processo número 212/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Os Processos números: 222/2017 e 341/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Os Processos números: 257/2017 e 29/2018 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo. Os Processos números: 220/2017, 302/2017 e 322/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo que o Processo número 220/2017 foi aprovado com emenda modificativa e emenda supressiva apresentada pelo relator; e o Processo número 302/2017 foi aprovado com emenda supressiva apresentada pelo relator, ambos de relatoria do Deputado Toinho Andrade. Os Processos números: 98/2017, 169/2017, 186/2017, 190/2017, 191/2017, 192/2017, 202/2017, 205/2017, 242/2017, 258/2017, 264/2017, 269/2017, 272/2017, 276/2017, 323/2017, 331/2017, 16/2018, 17/2018, 48/2018 e 80/2018 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo. O Senhor Presidente concedeu vista, pelo prazo regimental, dos Processos números: 226/2015; 141/2016 e 24/2017 ao Deputado Toinho Andrade e, ainda, retirou da pauta os Processos números: 42/2018 e 43/2018. Após determinar que fosse publicado o parecer do relator do Processo número 271/2016, de autoria do Deputado José Bonifácio, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião

Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Quadragésima Reunião Ordinária

3 de julho de 2018

Às quatorze horas do dia três de julho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença do Senhor Deputado Ricardo Ayres e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda e Toinho Andrade. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, por falta de quórum, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria do Processo número 90/2018, de autoria do Tribunal de Contas, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos de Provimento em comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, e, ainda, foi nomeado relator do Processo número 72/2018, de autoria do Tribunal de Contas, que “dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registrais, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (Funcivil) e adota outras providências”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número: 83/2018, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pescadores Profissionais do Estado do Tocantins - Appet-TO, localizada no município de Palmas - TO”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número: 84/2018, de autoria do Governador do Estado, que “dispõe sobre a Política Estadual de Uso Sustentável do Capim Dourado e do Buriti, e adota outras providências”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora do Processo número: 89/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a associação denominada pela sigla Instituto Reviver”. Na Devolução de Matérias, a Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu o Processo número 73/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a José Martins Bringel”. Não havendo quórum para deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de dez minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Quadragésima Primeira Reunião Ordinária

23 de outubro de 2018

Às quatorze horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda e Toinho Andrade. Estavam ausentes o Senhor Deputado Ricardo Ayres e a Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado

Olyntho Neto avocou a relatoria do Processo número 114/2018, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “altera o anexo I da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012 que “Dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”. O Deputado Ricardo Ayres foi nomeado relator do Processo número 112/2018, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade sem fins lucrativos Instituto Paulo Ricardo - IPR”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 111/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde sobre a adoção de nascituro”; e ainda foi renomeado relator do Processo número 282/2016, de autoria do Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Resgatando Vidas - ARV, com sede em Palmas”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número 315/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Povoado Água Amarela, na cidade de Araguaína”; e ainda foi renomeado relator dos Processos de autoria do Governador do Estado, de números: 103/2018, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 60, de 4 de julho de 2018, que inclui o Programa de Fiscalização e Cadastro de Jovens Moradores de Rua e dá outras providências correlatas”; 105/2018, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 43, de 4 de julho de 2018, que altera a Lei nº 3.309, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e adota outras providências”; e 107/2018, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 40, de 4 de julho de 2018, que altera a Lei nº 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora do Processo número 113/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “altera a Lei nº 3.385, de 27 de julho de 2018, que dispõe sobre a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estrado do Tocantins”; e ainda foi renomeada relatora do Processo número 256/2017, de autoria do Deputado Eduardo do Dertins, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grota de Laje – Aspargol, com sede no município de Xambioá”. O Senhor Presidente ratificou o apensamento indevido do Processo número 85/2017, Proposta de Lei Complementar nº 02, de 29 de março de 2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei Complementar nº 02, de 13 de junho de 1997, que “dispõe sobre a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura e piscicultura, da proteção da forma aquática e dá outras providências”, ao Processo número 75/2017, PL 60, de 30 de março de 2017, de autoria do Deputado Jaime Café, que “institui cota zero para o transporte de pescados no Estado do Tocantins”, sendo o correto anexar o Processo número 75/2017 ao Processo número 85/2017, em face do Projeto de Lei Complementar nº 2, de 29 de março de 2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, ter sido apresentado em 29/03/2017 e o Projeto de Lei nº 60, de autoria do Deputado Jaime Café, ter sido apresentado em 30/03/2017 e que se encontra em tramitação nesta Comissão, em virtude de tratarem de matérias conexas; e, também, determinou o arquivamento do Processo número 148/2017, PL 347, de 24 de novembro de 2016, de autoria do Deputado Cleiton

Cardoso, que “altera o Art. 1º da Lei nº 2.799, de 10 de dezembro de 2013, que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS à operação que especifica”, aprovado nesta Comissão em 26 de junho de 2018, o qual foi enviado indevidamente à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Toinho Andrade devolveu os Processos números: 301/2016, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “estabelece regras para parcelamento de multas aplicadas aos veículos automotores do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 108/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 47, de 4 de julho de 2018, dispõe sobre a extinção da cobrança da tarifa mínima ou de assinatura básica, pelas concessionárias prestadoras de serviços”. O Deputado Rocha Miranda devolveu os Processos números: 59/2018, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Machado do Projeto de Assentamento Firmeza I”; e 68/2018, de autoria, que “dispõe sobre a habilitação sanitária do microempreendedor individual, de empreendimento familiar rural e de empreendimento econômico solidário no Estado, e dá outras providências”; relatados pelo Deputado Eli Borges; 63/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, no qual “fica vedado o adiamento da cobrança de tributos para a transferência de propriedade de veículos automotores no âmbito do Estado do Tocantins”; 65/2018, de autoria do Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “assegura a todas as mulheres do Estado do Tocantins a gratuidade e a obrigatoriedade da realização da investigação e dos exames clínicos e laboratoriais que se fizerem necessários para a identificação precoce de trombofilia, bem assim o respectivo tratamento e acesso aos materiais médicos e aos medicamentos correspondentes, na rede pública de saúde, e adota outras providências”; 70/2018, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre as penalidades de novas contratações por parte do Estado e dá outras providências”; e 79/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Social e Cultural dos Comunicadores de Rua do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Araguaína”; relatados pelo Deputado Cleiton Cardoso; devolveu ainda, os Processos de autoria do Governador do Estado, de números: 101/2018, que “altera a Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências”; 102/2018, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 50, de 4 de julho de 2018, que dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Governador do Estado”, relatados pelo Deputado Olyntho Neto; e 43/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 04, de 14 de março de 2018”, relatado pelo Deputado Ricardo Ayres. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. O Senhor Presidente concedeu vista do Processo número 101/2018 ao Deputado Toinho Andrade que, em seguida, devolveu o referido processo sem parecer de vista. Os Processos números: 68/2018 e 101/2018 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, sendo que o Processo número 68/2018 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Eli Borges. Os Processos números: 59/2018, 79/2018, 102/2018 e 108/2018 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que o Processo número 79/2018 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Cleiton Cardoso. Os Processos números: 301/2016, 65/2018 e 70/2018 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo.

Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Quadragésima Segunda Reunião Ordinária
30 de outubro de 2018

Às quatorze horas do dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Deputado Olyntho Neto, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação deixou de abrir a Reunião por falta de quórum e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade e a Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Quadragésima Terceira Reunião Ordinária
13 de novembro de 2018

Às quatorze horas do dia treze de novembro de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Rocha Miranda e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Toinho Andrade. Em seguida, o Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria dos Processos números: 118/2018, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação em sítio eletrônico oficial, bem como no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de informações detalhadas a respeito das renúncias fiscais no âmbito do Estado do Tocantins”; e 130/2018, que “altera a Lei nº 1.818, art. 96 II, que dispõe acerca da licença maternidade nos casos de parto prematuro, e adota outras providências”, ambos de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco. O Deputado Ricardo Ayres foi nomeado relator dos Processos números: 116/2018, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica e adota outra providência”; 117/2018, de autoria do Ministério Público Estadual, que “altera a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que “institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 132/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “garante às mulheres vítimas de violência doméstica prioridade nos programas habitacionais e de habitação popular”; e ainda foi renomeado relator do Processo número 84/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula, que “altera os artigos 51 e 179 da Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997.” O Deputado Eli Borges foi nomeado relator dos Processos números: 119/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “dispõe sobre a exposição de bebidas alcoólicas para o público consumidor em locais específicos, distintos dos destinados a bebidas não alcoólicas e outros produtos”; e 120/2018, de autoria da Deputada Solange Duailibe, que “dispõe sobre proibição da venda de bebida alcoólica a gestantes no âmbito do Estado do Tocantins”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator dos Processos números: 121/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que

“dispõe sobre a instituição da Semana de Conscientização, Prevenção e Combate ao Suicídio no Estado do Tocantins”; e 133/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator dos Processos números: 122/2018, que “torna obrigatória a apresentação de Carteira de Vacinação atualizada para matrícula e rematrícula de alunos na rede de ensino pública e privada do Estado do Tocantins”; e 129/2018, que “declara de utilidade pública estadual a Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais do Projeto Bela Vista, com sede no município de Palmeirante - TO”, ambos de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Processos números: 123/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “institui, no âmbito do Estado do Tocantins, o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio e a Semana Estadual de Combate ao Feminicídio”; e 124/2018, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos nos uniformes de todos os alunos matriculados na rede pública e privada do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator dos Processos números: 126/2018, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 166, de 19 de dezembro de 1995, que institui o vale-transporte para os servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 127/2018, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 255, de 8 de maio de 2007, que institui o auxílio-alimentação aos servidores da Assembleia do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 131/2018, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula e outros, que “alteram o inciso XV do art. 19, e o § 4º do Art. 33, ambos da Constituição do Estado do Tocantins”; e 134/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva Cristalândia”. A Deputada Amália Santana foi nomeada relatora do Processo número 135/2018, de autoria do Deputado Stalin Bucar, que “dispõe sobre a atuação do profissional fisioterapeuta nas unidades hospitalares do Estado do Tocantins, e dá outras providências”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 125/2018, que “dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na Carteira de Identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; e 128/2018, que “obriga estabelecimentos comerciais a desenvolverem o troco integral do consumidor em espécie, e dá outras providências”; ambos de autoria do Deputado Ricardo Ayres; e, ainda, foi renomeada relatora do Processo número 252/2017, de autoria do Governador do Estado, que “extingue formalmente o Programa Pioneiros Mirins, e adota outras providências”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres devolveu os Processos números: 33/2017, de autoria do Ministério Público Estadual, que “altera a Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 85/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências”; 254/2017, de autoria do Ministério Público Estadual, onde “revoga-se o inciso VI, de art. 23 da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 43/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 04, de 14 de março de 2018”; 112/2018, de autoria do

Deputado Olyntho Neto, que “autoriza transferências de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade sem fins lucrativos Instituto Paulo Ricardo - IPR”; e 116/2018, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”. O Deputado Rocha Miranda devolveu o Processo número 111/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde sobre a adoção de nascituro”. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Processos números: 256/2017, de autoria do Deputado Eduardo do Dertins, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grota de Laje – Aspagrol, com sede no município de Xambioá”; 106/2018, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 35, de 4 de julho de 2018, que institui bônus na pontuação dos candidatos ao processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação em instituições de ensino superior, criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual”; 109/2018, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 33, de 4 de julho de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade e Certificação do Sistema de Gestão Antissuborno nas empresas que contrataram com a administração pública do Estado do Tocantins e dá outras providências”; ambos de autoria do Governador do Estado; e 113/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “altera a Lei nº 3.385, de 27 de julho de 2018, que dispõe sobre a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado do Tocantins”; ainda devolveu os Processos números: 282/2016, de autoria do Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Resgatando Vidas – ARV, com sede em Palmas/TO”; e 83/2018, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pescadores Profissionais do Estado do Tocantins – Appet-TO, localizada no município de Palmas - TO”, relatados pelo Deputado Rocha Miranda; e, também devolveu os Processos números: 271/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre o pagamento do 13º salário opcional do servidor público estadual no mês do seu aniversário e dá outras providências”; 57/2018, de autoria do Deputado Eli Borges, que “institui o Comitê Gestor de Enfrentamento às Drogas, vinculado à Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça – Seciju e dá outras providências”; e 66/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “cria o Cadastro Estadual de Usuários e dependentes de Drogas no Estado do Tocantins e dá outras providências”, relatados pelo Deputado Toinho Andrade; devolvendo ainda os Processos números: 98/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha Setembro Verde no âmbito do Estado do Tocantins, destinada ao incentivo de doação de órgãos”; 100/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, na aquisição de automóveis para a utilização por pessoas idosas”; e 104/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 61, de 4 de julho de 2018, que altera a Lei nº 2.034, de 18 de abril de 2009, e adota outras providências”, relatados pelo Deputado Valdemar Júnior. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os respectivos pareceres. Os Processos números: 33/2017, 85/2017, 98/2018, 111/2018, 112/2018 e 116//2018 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação Fiscalização e Controle, sendo

que o Processo número 98/2018 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Valdemar Júnior. Os Processos números 271/2017, 57/2018 e 100//2018 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo. O Processo número 66/2018 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Segurança Pública. O Processo número 113//2018 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo. Os Processos números 282/2016, 254/2017, 256/2017, 83/2018, 104//2018 e 109//2018 foram aprovados e encaminhados ao Plenário. Após conceder vistas, pelo prazo regimental, do Processo número 43/2018 à Deputada Valderez Castelo Branco; e do Processo número 106//2018 ao Deputado Ricardo Ayres, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

PORTARIA Nº 279/2018 – DG

**Republicada para correção.*

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso das atribuições que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015, e

Considerando o que dispõe o art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, e na Portaria nº 281-DG, de 10 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a fruição das férias legais, dos servidores abaixo indicados:

Mat.	Servidor	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
			30 dias ou 1º Período	2º Período
797	ALVARO NUNES PRESTES	13/06/17 A 12/06/18	30/11/18 A 14/12/18	
348	ANTONIO CARLOS LYSIKE	05/11/17 A 04/11/18	07/11/18 A 06/12/18	
198	ANTONIO FERNANDES FILHO	22/05/17 A 21/05/18	19/11/18 A 18/12/18	
88	ARQUIMAR COELHO DA LUZ	01/08/17 A 31/07/18	01/11/18 A 15/11/18	
813	CARLOS EUGENIO DA SILVA JUNIOR	02/12/15 A 01/12/16	*****	13/11/18 A 27/11/18
261	CARLOS ROGÉRIO LEÃO	13/07/16 A 12/07/17	*****	02/11/18 A 16/11/18
11.488	CELIO MIGUEL NICOLOTTI	01/05/17 A 30/04/18	01/11/18 A 30/11/18	
282	CLEIDA ALVES DOS SANTOS	09/07/15 A 08/07/16	01/11/18 A 30/11/18	
810	COSMO ALVES DE SOUSA E SILVA	20/11/17 A 19/11/18	21/11/18 A 20/12/18	
811	CRISTINA PRESTES	26/11/17 A 25/11/18	*****	26/11/18 A 10/12/18
12.531	EDILSON PEREIRA DA SILVA	01/01/17 A 31/12/17	01/11/18 A 30/11/18	
12.915	EDMILSON RIBEIRO DE ARAUJO	01/11/17 A 31/10/18	01/11/18 A 30/11/18	
815	ESPEDITO DE SOUZA LEÃO JUNIOR	02/12/16 A 01/12/17	*****	12/11/18 A 26/11/18
12.766	FERNANDO NOLETO COELHO	01/08/17 A 31/07/18	05/11/18 A 04/12/18	
12.766	GILLAYNNY MARJORIE DUARTE BORBA	01/07/17 A 30/06/18	01/11/18 A 30/11/18	
750	HORIANO GOMES DA SILVA	15/02/16 A 14/02/17	*****	19/11/18 A 03/12/18
11.875	JACKSON CAMINHA DOS SANTOS	01/05/17 A 30/04/18	01/11/18 A 30/11/18	01/11/18 A 30/11/18
12.917	JANIO DA CONCEIÇÃO SODRE	01/11/17 A 31/10/18	01/11/18 A 30/11/18	
168	JOLVE NOGUEIRA DOS REIS	01/06/17 A 31/05/18	01/11/18 A 30/11/18	

285	JOSE CARLOS FERREIRA COSTA	13/07/15 A 12/07/16	16/11/18 A 15/12/18	
11.611	JOSE MARIA MORAIS FONSECA	01/02/17 A 31/01/18	01/11/18 A 30/11/18	
96	JUDA TADEU TIMOTE DOS SANTOS	01/08/17 A 31/07/18	05/11/18 A 04/12/18	
762	LENICE ROCHA DE ALBUQUERQUE	02/03/17 A 01/03/18	*****	19/11/18 A 03/12/18
12.223	LILIA SERVIDIO PALMEIRA	01/07/17 A 30/06/18	01/11/18 A 30/11/18	
313	LINDAURA VERAS DE SOUZA	22/07/17 A 21/07/18	19/11/18 A 18/12/18	
11.098	LUCIA HELENA ROVERI	01/05/17 A 30/04/18	01/11/18 A 30/11/18	
12.370	LUCIANE DOS SANTOS SOUZA	01/11/16 A 31/10/17	01/11/18 A 30/11/18	
597	LUIZ CARLOS FREITAS DE CARVALHO	25/04/17 A 24/04/18	05/11/18 A 04/12/18	
12.920	MARCOS ALVES RIBEIRO	01/11/17 A 31/10/18	01/11/18 A 30/11/18	
409	MARCOS ANTONIO NEVES	15/06/17 A 14/06/18	12/11/18 A 11/12/18	
12.533	MARIA DILMA SOARES FEITOSA	01/01/17 A 31/12/17	01/11/18 A 30/11/18	
12.922	MARIA LOURDES DIAS DA CRUZ	01/11/17 A 31/10/18	02/11/18 A 01/12/18	
292	MARIA VANILSE NOLETO DA SILVA	01/09/16 A 31/08/17	26/11/18 A 10/12/18	
11.682	MARINA GOMES DOS SANTOS BARBOSA ALBUQUERQUE	01/10/15 A 30/09/16	16/11/18 A 15/12/18	
659	MARY RUTH SEPULVEDA PEEREIRA CARVALHO	01/05/17 A 30/04/18	05/11/18 A 04/12/18	
10.788	MAYSA FRANCO GOMES	01/02/17 A 31/01/18	*****	19/11/18 A 03/12/18
236	OZANRVALVES BEZERRA	01/10/17 A 30/09/18	06/12/18 A 20/12/18	04/02/19 A 18/02/19
350	OSMAR ANTUNES	06/11/17 A 05/11/18	29/11/18 A 28/12/18	
6.335	PAULO SOARES MOREIRA	01/01/17 A 31/12/17	01/11/18 A 30/11/18	
787	RAIMUNDO PENFORTE DIAS DE SOUSA	20/11/17 A 19/11/18	20/11/18 A 19/12/18	
11.115	ROSENY DANTAS FEITOSA FELIX	01/01/17 A 31/12/18	01/11/18 A 30/11/18	
12.196	ROSIMEIRY DIAS ALMEIDA	01/05/17 A 30/04/18	01/11/18 A 30/11/18	
12.094	ROZIELDO VIEIRA PIMENTEL	01/11/17 A 31/10/18	01/11/18 A 30/11/18	
308	SANDRA MARIA ROSA	10/07/17 A 09/17/18	01/11/18 A 15/11/18	
8447	SHEILANE ALVES DE CARVALHO DA SILVA	01/01/16 A 31/12/16	01/11/18 A 30/11/18	
765	SHELDON HENRIQUE SANTOS MENDES	17/03/16 A 16/03/17	*****	08/11/18 A 22/11/18
8.297	SHIRLEY MOURA SIQUEIRA FARIA	01/08/17 A 31/07/18	01/11/18 A 30/11/18	
12.892	SILVANA BARBOSA DA SILVA	01/10/17 A 30/09/18	01/11/18 A 30/11/18	
170	SONIA RITA BATISTA DE ANDRADE	01/06/17 A 31/05/18	21/11/18 A 20/12/18	
11.231	SURAMA GRAZIELLE RIBEIRO DA COSTA RIGO	01/05/17 A 30/04/18	01/11/18 A 30/11/18	
457	SUZANA ALENCASTRO VEIGA	06/06/17 A 05/06/18	01/11/18 A 30/11/18	
11.007	ULISSES MOREIRA DE HOLANDA NETO	01/10/17 A 30/09/18	01/11/18 A 30/11/18	
9.625	VAILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA	01/01/17 A 31/12/17	01/11/18 A 30/11/18	
464	VANDA ALVES ALENCAR	15/06/17 A 14/06/18	19/11/18 A 18/12/18	
397	WALESCA GIRARDI DE OLIVEIRA	05/04/17 A 04/04/18	19/11/18 A 03/12/18	
284	WALTER PIRES LUZ	10/07/16 A 09/07/17	05/11/18 A 19/11/18	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de outubro de 2018.

ANTONIO LOPES BRAGA JÚNIOR
Diretor-Geral

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Eli Borges (SD)

Jorge Frederico (MDB)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB)

Rocha Miranda (PHS)

Solange Duailibe (PT)

Stalin Bucar (PR)

Toinho Andrade (PHS)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)